

A mesma equipe, lutando sempre contra toda a sorte de empecilhos, estendeu sua atividade a Sergipe, e desde 1973 tinha pronto o *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS), que, por percalços de vária ordem, só pôde ser impresso, numa co-edição da UFBA e da Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, no final de 1987.

Durante os 14 anos que separam o apronto e a edição do ALS, o rico material propiciou a sua utilização em numerosos trabalhos monográficos (a maioria dos quais comunicações a Congressos em São Paulo e em Porto Rico, até hoje à espera de publicação) e teses universitárias.

No longo intervalo destes dois atlas da equipe da UFBA, apenas outros dois se editaram no Brasil: o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, elaborado por um grupo de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora, e levado a termo pelo dinamismo do Prof. Mário Roberto Zágari, publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa em 1977 (graças à decisão do seu então Diretor Executivo Irapoan Cavalcanti de Lyra), e o *Atlas Lingüístico da Paraíba*, realizado sob a direção de Maria do Socorro Aragão, da Universidade Federal da Paraíba (1985), com o apoio do CNPq.

(Sabemos que está em vias de últimação o A.L. do Ceará.)

É muito pouco para um país da extensão do Brasil; mas é difícil encontrar dirigentes universitários "dotados de respeito e sensibilidade para com os trabalhos lingüísticos". E essa demora põe em risco de perda muitos fatos preciosos da Geografia Lingüística no Brasil.

Nas 156 cartas do ALS (há 11 introdutórias e 8 cartas-resumo), ficamos sabendo, p. ex., que também em Sergipe há lugares em que *lua é luna* e as estrelas cadentes *se mudam*; as *matinas* (crepúsculo) não são apenas da manhã, mas também "quando é seis horas, que já é hora perto do sol se pôr"; a neblina ou nevoeiro pode ser *neve* e a terra umedecida pela chuva é *sarolha*; o trabalhador de enxada em muitos lugares ainda é o *pataqueiro* (se bem que a pataca de há muito não exista); o canteiro é *leira*, a cachaça ou o álcool se guardam em *dornas*; o siso é o dente *queiro*, e *conta* equivale a *pérola*; o *califon* (sutiã) não se pendura no *torno* (cabide de parede); uns têm a pele cheia de *neguinhos* (sinais), outros de *ovos-de-peru* (sardas); durante o *entojo* (enjô da gravidez) muitas mulheres *gomitam*; um *argueiro* (cisco) pode provocar *dor-d'olhos* (conjuntivite); um *lambedor* (xarope caseiro) é preferido pelos *somíticos* ou *fonos* (avarentos) a remédios caros; os *malinos* (meninos travessos) perseguem as *guinés* (galinhas-d'angola) no *chiqueiro* (galinheiro); os *mamotes* (garrotes) acompanham as vacas às *capineiras* ou *mangas* ou *soutas* (pastor). E assim por diante.

Como se vê, um tesouro de formas que aos poucos vão se perdendo e que cumpre registrar noutros Estados enquanto é tempo.

Adriano da Gama Kury

MARCEL CRESSOT. *O estilo e as suas técnicas*. Da Coleção Signos. Tradução de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa, Edições 70, 1980.

Trata-se, como já se viu, da versão portuguesa de um dos melhores livros escritos sobre a jovem ciência, ou disciplina, batizada como Estilística por seu fundador, Charles Bally, discípulo e editor de Ferdinand de Saussure. Poucos anos depois do mestre francês, o lingüista germânico Karl Vossler trouxe análoga novidade ao campo dos estudos lingüísticos, mas com objetivo diferente e utilizando um método totalmente diverso. Abre, então, o século XX com duas propostas novas, uma muito fecunda, outra realmente de vida pouco mais que efêmera, porque a Estilística de Vossler, de Spitzer e de Amado Alonso, foi suplantada por outras correntes mais ou menos vaporosas e, por fim, foi deglutida pelas diversas Teorias da Literatura, conflitantes ou excludentes uma da outra.

Apoiado na clássica dicotomia saussuriana, tenho dito que a rota aberta por Bally conduz a

uma Estilística da Língua, ao passo que a de Vossler seria uma Estilística da Fala. Daí me parecer óbvio que a linha francesa é mais objetiva, tem mais rigor de método e, efetivamente constituída para cada língua histórica, se tornará parêntese da respectiva gramática.

Os seguidores de Bally não aceitaram a restrição do fundador, que, explicitamente, excluiu de suas indagações a língua escrita, por ser, diz ele, artificial, estereotipada, sem compromisso com a *vida*. Marouzeau e Cressot, ao contrário, firmaram-se nos textos e nos textos requintadamente elaborados, *artificiais*, para pisarem terreno sólido e poderem sempre testar suas descobertas, firmar suas conclusões. Marouzeau escreveu um *Traité* de Estilística Latina, língua já, digamos, arquivada, e um *Précis* de Estilística francesa, onde haveria ainda muito que pesquisar e onde certas “colocações” (como hoje se diz) daqui a algum tempo, anos ou décadas, estarão peremptas.

O livro de Marcel Cressot é excelente e apresenta-se como contraponto dos estudos gramaticais, destinado a uma penetração maior na língua francesa, e mais profunda, na linha do *esprit de finesse* pascaliano. Foi um marco e deveria ter correspondentes em outras línguas.

Há bastantes anos fui convidado por um editor a traduzir o livro de Cressot. Neguei-me, dizendo-lhe que, para fazê-lo adequadamente, seria necessário substituir toda a ampla exemplificação, tirada a grandes escritores franceses, por outra, paralela e pertinente, tomada a beletistas de língua portuguesa, tarefa gigantesca e talvez impraticável. Seria mais fácil escrever um livro. De fato escrevi-o: *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*.

Madalena Cruz Ferreira não fez a seu proponente a objeção cortante que fiz ao meu, e optou por uma solução conciliatória: manteve a exemplificação de Cressot e, sempre que pôde (e é a quase totalidade dos casos), verteu para o português os textos ilustrativos. Daí decorreu que, com certa frequência, o traslado para a nossa língua não diz nada, não tem valor estilístico. O leitor que pode “sentir” o valor, expressivo ou impressivo, do exemplo francês não precisa da tradução; o que não seja capaz de tal “competência” (para falar como Chomsky), ficará no abstrato da teoria.

Isto não me impede de louvar o esforço da tradutora, que não recuou ante o quase impossível da tarefa: pelo contrário. Mas posso observar – e devo fazê-lo – que a ilustre senhora nem sempre se forrou do decalque. Noutras palavras, nem sempre evitou o galicismo vicioso ou inexpressivo. Documento-o com quatro passos. À p. 36, um belíssimo homoteleuto de Pégyu *servitude-solitude-plenitude-turpitude-lassitude* ficou achatado e apagado noutro em *-mento*. E quando *aviltamento* traduz *turpitude*, e *entediamento* traduz *lassitude*? À p. 38 Musset vem à baila para dizer *Nous les supprimeons, nous les démolirons, (...)*, o que, passado à lusitana língua, *Nós os suprimiremos, demoliremos*, resulta numa desagradável ressonância, numa aliteração destituída de virtude.

Na p. 57, vem à colação o Vítor Hugo de 1834, para dizer que

*Plus de mot roturier, plus de mot sénateur,*

transposto para “a nossa português casta linguagem” nisto

*Nunca mais termos plebeus, nunca mais termos senadores.*

Que será para nós, brasileiros, “termos senadores”? Seriam acaso excertos da escorreita prosa do malogrado candidato à Academia de Letras Álvaro Pacheco, senador meio-biônico pelo Maranhão? E que será para os portugueses, que eles não contam, no seu sistema de governo, com tais espécimes da fauna humana (o Parlamento se esgota com os deputados)?

Na p. 169, Paul Féval diz que “Si tu ne viens pas à Lagardère, Lagardère ira à toi”, e em português ele diria que “Se não vens ter com Lagardère, Lagardère irá ter contigo”. Se eu fosse Féval, gostaria de ver-me em português assim: “Se não vieres ter...” O futuro do subjuntivo é nosso, como o petróleo, ausente, como se sabe, da França.

E por aí. Não censuremos a tradutora, mas aconselhemos os leitores a se bastarem com a exemplificação francesa. Se não a puderem “sentir”, examinem com olhos críticos a tradução, para verem, em cada caso, se ela abona a teoria.

Gladstone Chaves de Melo